



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CANELINHA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
TURISMO E JUVENTUDE**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – OBJETO**

O presente Pregão tem por objeto, o registro de preços para eventual contratação futura de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança desarmada nas unidades da rede municipal de Canelinha, e eventos da CME, visando a proteção patrimonial, de alunos e profissionais do magistério.

**2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação visa manter a segurança patrimonial, das escolas, creches e dos eventos realizados pela CME.

**3 – MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Será utilizado o Sistema de Registro de Preços, na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, com julgamento por menor preço.

**4 – DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES**

O quantitativo pretendido é estimado para o período de 12 meses.

A formação dos preços segue anexa a este documento, sendo que foi realizada através de pesquisa junto ao banco de preços do [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), através de Atas de Registros de Preços e Termos de Homologação constantes no mesmo, por empresas de segurança que forneceram orçamentos, e por Ata de homologação do município de Ipumirim.

**LOTE 01**

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR DO LOTE
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de portaria e vigia desarmado em unidade escolar por 12h, horário a ser definido pela secretaria de educação.	dia	2000	R\$ 284,41	R\$ 568.820,00

**LOTE 02**

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR DO LOTE
01	Serviço de segurança desarmada para eventos realizados pela CME, deverão	hora	500	R\$ 48,00	R\$



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CANELINHA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,**  
**TURISMO E JUVENTUDE**

	ser realizados por profissionais com experiência, deverão estar devidamente uniformizados, identificados com equipamentos necessários, todas as despesas de alimentação, água, transporte, hospedagem, salários ou diárias serão por conta da contratada, os seguranças deverão estar no local do evento conforme definição do diretor da CME, com até 15min de antecedência.				24.000,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 592.820,00</b>

### **5 – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

Os vigias devem se apresentar em até 2 dias úteis nas unidades após a emissão da AF.  
1 vigia por unidades:

**CRECHE VIRGNIA GRIMM NUNES**

Rua: Ambrósio Borgonovo, s/n – Galera (aprox. 6km do centro)

**CRECHE MARIA CARLOTA CARDOSO**

Rua: Ramiro Gonçalo Cardoso, s/n – Cardoso (aprox. 3,2km do centro)

**CRECHE TEREZA DAL'AGNOLO ANZINI**

Rua: Francisco Damião Garcia, s/n – Moura (aprox. 15km do centro)

**CRECHE FAZENDA VITÓRIA**

Rua: Antero José Dias, 835 – Porto da Galera (aprox. 1,6km do centro)

**CEIM COLIBRI**

Rua: José Celso Pereira, s/n – Centro

**CRECHE DONA ZITA**

Rua: Francisco José Reis, 144 – Cobre (aprox. 1,3km do centro)

**CRECHE PROF<sup>a</sup> M<sup>a</sup> DE LOURDES N. ZIMERMANN**

Av. Cantório Florentino da Silva, 1663 – Centro – Fundos Prefeitura

**CRECHE OSVALDINA SOUZA ORLANDI**

Rua: Leonel Marcelino Pereira, 4867 – Índia (aprox. 3km do centro)

**CRECHE DURVALINA VENIER SERPA**

Rua: Egídio Piva, s/n – Fazenda Vitória – (aprox. 1km do centro)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CANELINHA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,**  
**TURISMO E JUVENTUDE**

CRECHE HERMÍNIA ALVES REIS

Av. Prefeito Silvestre Nunes Junior, 901 – Areão (aprox. 1,5km do centro)

Eventos realizados pela CME, o local deverá ser informado em até 2 dias antes do evento, com no máximo 30km de distância do centro de canelinha.

## **6 – PRAZO DE CONTRATAÇÃO**

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses e poderá ser prorrogada por igual período, a critério da Administração, desde que seja comprovada suas vantagens.

## **7 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **Da Habilitação Jurídica**

I - Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

II - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou;

III - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhado de prova de direito em exercício, ou;

IV - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **Da Regularidade Fiscal e Trabalhista**

I - Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante certidão conjunta expedida pela Secretaria da receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, no âmbito de suas competências, pela apresentação da respectiva Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (Decreto nº 5.586, de 19/11/2005);

II - Prova de regularidade de Débito junto ao Estado;

III - Prova de regularidade de Débito junto ao Município sede da licitante;

IV - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade de Situação – CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990;

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei 12.440/2011;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CANELINHA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,**  
**TURISMO E JUVENTUDE**

VI - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

### **Qualificação Econômica Financeira**

I - Certidão negativa de falência ou de concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no documento o seu prazo de validade.

### **Declarações**

I - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

II - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

III - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

IV - Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Erval Velho ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

V - Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)

VI – Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**VII – Verificado que a proposta de menor preço atende às exigências fixadas neste Edital (quanto à proposta e à habilitação) será aberto o prazo de até 10 (dez) dias para que a empresa apresente os documentos referentes aos itens VIII, “a” e IX.**

**VIII –** Será exigido do vencedor dos lances a lista dos profissionais que fazem parte do quadro da mesma e/ou que farão parte para atendimento das solicitações do Município de Canelinha.

**a –** Certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CANELINHA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,**  
**TURISMO E JUVENTUDE**

**IX** – Os profissionais listados no item **VIII**, deverão fazer parte do quadro de profissionais da LICITANTE, sendo que a demonstração poderá ser feita através de uma das formas listadas abaixo, no prazo estabelecido no item 10.3 deste Edital.

- a) se empregado: através de cópia do registro na Carteira de Trabalho;
- b) se prestador de serviços: através de Contrato de prestação de serviço;
- c) se sócio da empresa: através de cópia do contrato social registrado na junta comercial;

O licitante vencedor do certame que não apresentar a documentação exigida, no todo ou em parte, será desclassificado, podendo a ele ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocado o detentor da proposta seguinte, na ordem de classificação.

Os documentos relativos à habilitação e as declarações deverão ser providenciados pelos participantes até o horário da sessão. Sendo que todos os documentos devem ser anexados na plataforma de pregão eletrônico, independente do campo. Não sendo prejudicada ou inabilitada por falta de ordem, ou anexados em campos não correspondentes.

Ao encerrar o pregão, o Pregoeiro analisará a Documentação de Habilitação e as Declarações anexadas pela empresa licitante na plataforma do pregão eletrônico por upload, como condição para comprovação de sua habilitação. Caso a empresa não tenha realizado o upload dos documentos ou deixar de anexar algum documento ou declaração, a mesma será considerada INABILITADA.

Nos casos em que a plataforma eletrônica permitir a marcação de campos para declarações previamente cadastradas e desde que a licitante o tenha feito, as mesmas serão aceitas, não sendo necessário o upload.

## **8 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**8.1** – A empresa deverá atender nos locais estabelecidos de acordo com a descrição constante neste termo.

**8.2**– A empresa deverá efetuar os seus serviços de acordo com o descrito neste termo e conforme escala estabelecida pela CONTRATANTE.

**8.2.1** – Nos casos em que seus profissionais estiverem impossibilitados de atender a demanda dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar um profissional para substituí-lo, sob suas expensas, sem ônus para administração pública.

**8.2.2** – Na ocorrência de faltas ou atrasos não justificados a contratada sujeitar-se-á ao desconto das horas/dias de ausência ou atraso dos profissionais ao trabalho, salvo requerimento precedente ao ato praticado para reposição de atendimentos e aceito pela CONTRATANTE, bem como ficara sujeita as sanções previstas neste Edital.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CANELINHA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,**  
**TURISMO E JUVENTUDE**

**8.2.3** – A empresa responsabilizar-se-á pelas férias ou ausência dos profissionais indicados ao atendimento do objeto contratual, arcando com as despesas de substituição por outro profissional no período de ocorrência.

**8.3** – Responder por danos materiais ou físicos, por ele causado envolvendo diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo;

**8.4** – Manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**8.5** – Prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais atos ou fatos notificados que o envolva, independente de solicitação;

**8.6** – Na ocorrência de troca de profissional, a solicitação de substituição deverá ser formalizada junto a essa administração, devendo conter todos os requisitos de habilitação do mesmo;

**8.7** - O profissional deverá estar presente na unidade escolar das 6h30min às 18h30min, durante os dias úteis de aulas.

**8.8** - Deverá estar uniformizado, portar cacetete, spray de pimenta e detector de metais.

**8.8** - Deverá fazer o controle de público e segurança preventiva, a fim de garantir a incolumidade física e integridade das pessoas durante o expediente escolar.

**8.9** - Ao final de cada mês, a contratada deverá emitir relatório de registro de frequência de todos os empregados, juntando o registro individual de cada empregado, que será conferido pelo fiscal do contrato, ou por equipe por ele designado, emitindo, após conferência, relatório final.

**8.10** - Após a conferência, o fiscal do contrato encaminhará o relatório para a Secretária de Educação, que irá solicitar a emissão da Autorização de Fornecimento.

## **9 – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia da Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Canelinha – SC.

Será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da nota fiscal, contados da data de entrega e aceite.

O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

Ficam expressamente estabelecidos que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para as entregas



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CANELINHA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,**  
**TURISMO E JUVENTUDE**

em cada unidade escolar do perímetro urbano, rural, APAE e sede da Secretaria Municipal da Educação, de acordo com o pedido e a planilha de quantidades de cada unidade, emitido pela nutricionista semanalmente, constituindo-se na única remuneração devida.

Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

Considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Municipal 3433/2023 de 23 de junho de 2023, a empresa deverá emitir a nota fiscal em atendimento a mesma, destacando na nota a retenção do imposto de renda.

Juntamente com a Nota Fiscal, a empresa enviara as Certidões Negativas (ou Positivas com Efeito de Negativas) referente a Regularidade Fiscal e Trabalhista, no mínimo com vigência até a data de emissão da Nota Fiscal.

Somente serão efetuados os pagamentos das notas fiscais que atendam no mínimo aos itens deste Termo de Referência.

## **10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta do orçamento vigente da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Juventude.

## **11 – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CANELINHA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,**  
**TURISMO E JUVENTUDE**

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I, do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II, do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

§ 4º A sanção prevista no inciso III, do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CANELINHA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,**  
**TURISMO E JUVENTUDE**

Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV, do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155, da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no § 4º do art. 156, da Lei 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção prevista no inciso IV, do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra: quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do *caput* do referido artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no *caput* do art. 156, da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Na aplicação da sanção prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* do art. 156 da Lei 14.133/21 dependerá da instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CANELINHA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,**  
**TURISMO E JUVENTUDE**

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do artigo 158 da Lei 14.133/21;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Poderes Executivo deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CANELINHA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
TURISMO E JUVENTUDE**

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**12 – FISCAL DO CONTRATO**

O servidor(a) Camila Cristina Pereira será o fiscal do contrato.

**13 – GESTOR DO CONTRATO**

A Sra Fernanda Dias Jacintho será a gestora do contrato

Canelinha, 14 de março de 2024.

---

**Fernanda Dias Jacintho**  
Secretária de Educação, Cultura,  
Esporte, Turismo e Juventude